

Os homens que sabem calcular

Na sua extremada definição sobre os intelectuais, o samurai Jocho, no famoso livro secular O Hagakure, que chega agora ao Brasil pela via da interpretação do moderno samurai-escritor Yukio Mishima, bate firme: "O homem calculista é um covarde". Segundo ele, em sua sabedoria aspera, todos os cálculos relacionam-se com ganhos e perdas, e tal pessoa está, portanto, constantemente preocupada com lucros e perdas. Morrer é uma perda, viver é um ganho, e por isso ela resolve não morrer. Portanto, é covarde. Da mesma forma, o homem de educação disfarça com seu intelecto e eloquência a covardia ou ambição que é a sua verdadeira natureza. Muitas pessoas não percebem isso. (Livro Um).

Uma leitura superficial do noticiário dos jornais de ontem a respeito do mais recente substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), é suficiente para fazer o leitor pensar se Jocho tinha ou não razão ao empunhar o aço fino de sua espada vocabular. Pois se há algo que perpassa o texto de Cabral — que, aliás, mais do que o texto de Cabral é um apanhado significativo da contribuição excessivamente criativa de 559 homens eleitos para escrever o pacto político de que a Nação precisa para consolidar seu projeto de democracia — é um pragmático, nocivo e, sem medo de parecer petulante, até mesmo usqueiroso, espírito de cálculo.

Da mesma forma como seria exagerado considerar intelectuais os homens definidos por Jocho com tanta crueldade nas páginas candentes do Hagakure, uma vez que havia apenas um embrião da atividade intelectual no medievo japonês, parece generoso demais atribuir ao calculismo que preside o projeto brasileiro de Constituição defeitos do excesso de hipérbole racional. O cálculo que presidiu o trabalho (talvez a palavra também possa estar sendo usada com um plus de generosidade) do relator e de seus pares é algo que se insere muito mais no campo da fisiologia do que qualquer coisa que pudesse ser considerada na seara da filosofia. O cálculo exacerbado da Constituinte brasileira é fácil e imediato.

Aliás, não é também uma novidade. O exacerbado calculismo já distorceu a convocação da própria Constituinte, que, em vez de ser exclusiva, uma apropriada e apartidária Assembleia Nacional Constituinte, transformou-se em mais um monstro natural na Brasília de Niemeyer, um anexo ao Congresso Nacional. Os políticos, que asseguraram, com volúpia, seus empregos durante a longa noite da ditadura, conseguiram fazer passar à Nação a necessidade de que eles também tomassem o dia. O homem que calcula, ausente das fábulas de Maita Tahan, distorceu o resultado eleitoral, pregando a falácia estelionatária do Plano Cruzado e planejou o estilo piramidal da redação do texto, talvez o mais monumental equívoco deste monumento

ao equívoco que tem sido a Constituinte.

O deputado Bernardo Cabral está dando significativa contribuição à construção desse monumento, mais uma vez por puro espírito contabilista de perdas e ganhos, se é que não se pode utilizar a definição mais dura do Hagakure, que é a covardia. Em nome de um eloquente espírito democrático, ele não apenas ouve todos, mas também a todos responde sim. Evidentemente, é impossível atender a todos os pedidos, porque há interesses antagônicos em jogo e, se não os houvesse, nem haveria a necessidade de se convocar uma Constituinte para dirimi-los. O relator da Comissão de Sistematização desconhece esta verdade elementar e tenta passar sobre ela.

Infelizmente, contudo, o deputado Bernardo Cabral não é o único homem que calcula sofregamente nos corredores labirínticos do Congresso Nacional. Há muita gente fazendo suas contas de chegada. O general Leônidas Pires Gonçalves, por exemplo, engatilhou sua metralhadora verbal visando a defender, com dólmas e galões, as prerrogativas de sua corporação e atacar a fantasia esquerdista da reincorporação dos militares cassados a postos que teoricamente poderiam ter alcançado, se casados não tivessem sido. O dr. Ronaldo Caiado mobiliza suas tropas contra a "imissão" de posse. Lula da Silva empenha seu martelo para reduzir as horas semanais de trabalho da massa operária. O próprio presidente da República só quer saber de matar de inanição o parlamentarismo.

Seria otimismo dizer que "é cada um por si e Deus por todos". Porque na verdade todos — ou seja, a Nação brasileira — estão a ver navios, sabendo, de antemão, que a próxima Constituição vai ser a soma das exigências de Caiado, Lula, Leônidas e Sarney, de acordo com a conta feita pela calculadora enviada de Bernardo Cabral, saída de um cérebro eletrônico maluco, produzido na Zona Franca de Manaus. Esta conta só pode dar um resultado: da mesma forma que Sarney inquietava-se em saber se reinará durante quatro, cinco ou mesmo seis anos (o que aliás Arnos lhe garante no texto em questão), o Congresso quer garantir sua permanência não como instituição, é claro, mas como corporação, num nefando esprit de corps.

Os constituintes, em conjunto, foram eleitos com a missão específica e muito expressiva de traduzir num texto, se possível claro e conciso, a vontade política que a Nação brasileira tem de viver harmoniosamente, em liberdade e com justiça. Isoladamente, contudo, eles decidiram que vão lutar para permanecer nas proximidades do poder, atendendo às pressões de seu eleitorado ou, muitas vezes, de interesses de grupos que os apóiam ou nos quais se apóiam eles mesmos. Este espírito calculista que, em muitas ocasiões, garantiu a vida da corporação ao longo da noite autoritária, é (e a Nação brasileira logo perceberá isso) muito nocivo para a democracia. A Nação precisa de homens que constroam, não de homens que calculam.